

Teologia Pastoral
PROF. Pr. ROBSON DE MELO

O PASTOR E A POLÍTICA
ALUNO: - TERCIO BESSA DO LAGO

Seminário Teológico Batista da Abassir
Setembro de 2002

ÍNDICE

1- Introdução.....	03
2 - Tópico I - A Família, O Estado e a Igreja.....	04
3 – Tópico II – O Pastor.....	06
4 – Tópico III – A Política.....	11
5 – Tópico IV – A Ética.....	14
6 - Tópico V - Política no Antigo Testamento.....	17
7 - Tópico VI - Política no Novo Testamento.....	19
8 - Tópico VII - Ética na formação Pastoral.....	21
9 – Conclusão.....	25

INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser sociável, e tende portanto a juntar-se em grupos, por língua, região geográfica, ideologias, agremiações e principalmente por convicções religiosas, o que transpassa as barreiras de língua e nação.

O tema é desenvolvido dentro do entendimento de que o ser humano tem, poder ou capacidade de escolher uma linha de ação ou de tomar uma decisão sem estar sujeito a limitações impostas por causas antecedentes, pela necessidade ou por predeterminação divina. A questão da capacidade do ser humano de determinar suas próprias ações é importante na filosofia ocidental, particularmente em metafísica, ética e teologia.

Um sistema ético pressupõe o livre arbítrio, uma vez que a negação da liberdade implica em anulação da capacidade de estabelecer juízos morais. No âmbito teológico, o problema fundamental consiste em conciliar a teoria da predestinação com a responsabilidade moral.¹

Immanuel Kant

Kant, Immanuel (1724-1804), filósofo alemão. É considerado por muitos o pensador mais influente da Idade Moderna.

A pedra angular de sua filosofia está colocada na obra *Crítica da razão pura* (1781), em que examinou as bases do conhecimento humano e criou uma epistemologia individual. Para Kant, todas as proposições comuns que resultam da experiência de mundo são sintéticas: não se pode chegar a elas apenas pela análise, embora também possam ser empíricas ou a posteriori. O mesmo se dá com as que surgem a priori, que não se baseiam na percepção e cuja validade é essencial. A tese proposta na Crítica estabelece a possibilidade de formular juízos sintéticos a priori. Em *Metafísica da ética* (1797), expõe seu sistema ético, fundamentado na liberdade fundamental do indivíduo e na idéia de que a razão é a autoridade última da moral. Descreve os dois tipos de ordens dadas pela razão: o imperativo hipotético, que visa a um fim específico; e o imperativo categórico, que impõe uma trajetória de ação que tem de ser seguida por sua adequação e sua necessidade. Este último é a base da moral e foi por ele resumido nos seguintes termos: "Age de forma que a máxima de tua conduta possa ser sempre um princípio de Lei natural e universal."

¹"Livre-arbítrio." *Enciclopédia® Microsoft® Encarta 2001*. © 1993-2000 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

Tópico I

A Família, O Estado e a Igreja

As principais sociedades políticas existentes são a família, o Estado e a Igreja. Todas possuidoras de estruturas complexas e bem definidas que, ao contrário do que se possa pensar, não as tornam independentes umas das outras, mas sim cria vínculos de inter-relacionamentos

Família

Grupo social básico criado por vínculos de parentesco ou matrimônio presente em todas as sociedades. A família proporciona a seus membros proteção, companhia, segurança e sociabilização.

Religião (Igreja)

Sistema de crenças que estabelece e regula as relações entre os seres humanos e as divindades. A palavra aplica-se aos sistemas que comportam fé numa crença, obediência a um determinado código moral e participação em cultos.

Religião, em geral, consiste num teísmo e implica a crença em um deus pessoal, vivo, espiritual e diferente do mundo que ele próprio criou. Sendo que vamos explorar o monoteísmo, onde cultua-se um único Deus e se nega a existência de qualquer outro;

A religião é, portanto, fé comunitária e consiste em três elementos: a crença, o código (Ética) e o culto ou liturgia. Crença é a fé na revelação de Deus. Código é o sistema de leis morais, coligidas pelos homens, que comportam sanções e autorizações divinas. Culto é o ritual onde a comunidade coloca sua consciência em harmonia com a mente de Deus.

Estado (Política)

Organização política que exerce sua autoridade sobre um território concreto. A característica fundamental do Estado moderno é a soberania, reconhecida tanto dentro da própria nação como por parte dos demais estados. Nos estados federais, esse princípio se vê modificado no aspecto de que certos direitos e autoridade das entidades federadas não são delegados por um governo federal central, derivando na verdade de uma Constituição. O governo federal, no entanto, é reconhecido como soberano na escala internacional.

Teoria política

Teoria política, subdivisão da ciência política que tradicionalmente se preocupa com as idéias manifestadas pelos filósofos políticos, atendo-se tanto ao funcionamento da política como ao modo como ela deveria funcionar. Esses filósofos analisaram a natureza e a justificativa da autoridade e o dever políticos e seus fins. Embora sejam variadas as suas recomendações, algumas delas utópicas, eles compartilham a convicção de que é um dever do filósofo político distinguir entre o que é e o que deveria ser. O termo teoria política também é utilizado, desde o século XIX, para referir-se às generalizações descritivas, explicativas ou que tentam prever o comportamento político, sem levar em conta os aspectos morais inerentes a elas. Esse ponto de vista se preocupa mais com as técnicas concretas, matemáticas ou estatísticas do que com problemas normativos.

Ao longo dos séculos, a teoria do estado está entre as principais preocupações dos estudiosos da teoria política. Platão criou as bases dessa teoria com seu livro A República.

Geralmente, Aristóteles é considerado como o fundador do método científico aplicado à teoria política. Na sua obra Política, criou um importante modelo para os estudos políticos.²

² Teoria Política – Aristóteles – Enciclopédia Encarta

Tópico II

O Pastor

“Eu sou o bom pastor; o bom pastor dá a sua vida pelas ovelhas”.(Jo 10.11)

O Dicionário Aurélio Século XX, define Pastor como o que Pastoreia, e pastorear como guiar ao pasto, governar eclesiasticamente, governar dirigir, guiar.

O Pastor é aquele que se dedica integralmente as suas ovelhas, “Vendo ele as multidões, compadeceu-se delas, porque andavam desgarradas e errantes, como ovelhas que não têm pastor. (Mt 9.36) “Então Jesus lhes disse: Todos vós esta noite vos escandalizareis de mim; pois está escrito: Ferirei o pastor, e as ovelhas do rebanho se dispersarão.” (Mt. 26.31), “Em verdade, em verdade vos digo: quem não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e salteador”. (Jo.10.1-2) “Mas o que entra pela porta é o pastor das ovelhas. A este o porteiro abre; e as ovelhas ouvem a sua voz; e ele chama pelo nome as suas ovelhas, e as conduz para fora. Depois de conduzir para fora todas as que lhe pertencem, vai adiante delas, e as ovelhas o seguem, porque conhecem a sua voz” ; (Jo. 10.1-4) “Mas o que é mercenário, e não pastor, de quem não são as ovelhas, vendo vir o lobo, deixa as ovelhas e foge; e o lobo as arrebatava e dispersa” . (Jo 10.12-13) “Ora, o mercenário foge porque é mercenário, e não se importa com as ovelhas. Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem”, (Jo. 10-13-14).³

A tipologia do Pastor é representada pelo pastor de ovelhas, e como provado acima, o Pastor de ovelhas é aquele que se dedica integralmente as ovelhas, “Ora, havia naquela mesma região pastores que estavam no campo, e guardavam durante as vigílias da noite o seu rebanho. (Lc 2.8) , e como o versículo diz claramente em período integral.

É interessante a transcrição abaixo de um código de ética pastoral

CÓDIGO DE ÉTICA PASTORAL⁴

CAPITULO I

O PASTOR E SUA VIDA

1. O Pastor deve entender o ministério como vocação divina e a mais excelente das atividades humanas (1 Tm.3.1; At.13.2)
2. O Pastor deve considerar a Bíblia como a única regra de fé e prática, e usá-la como expressão máxima do seu ministério (2 Tm.2.15; 4.1-5).
3. O Pastor deve ser estudioso, mantendo-se em dia com o pensamento teológico, a literatura bíblica e a cultura geral (2 Tm.3.15,16; 1 Tm3.2.)
4. O Pastor deve aplicar-se à oração e ao estudo da Palavra de Deus (1 Tm.4.7; At.6.4).
5. O Pastor, como líder moral e espiritual do povo de Deus, deve ser um modelo de conduta em todos os sentidos e um exemplo de pureza em suas conversações e atitudes (1 Pe.5.3; 1 Tm.4.12).
6. O Pastor deve zelar pelo bom nome do ministério da Palavra e de nosso Senhor Jesus Cristo (Rm.11.3b; 1 Co.11.1; 4.1,2)

³ - Referencias Bíblicas – Cd Rom Auto Ajuda Através da Bíblia – Versão 2G

⁴ - Código de Ética Pastoral – Artigo enviado pelo Pr. Francisco Gomes Sobrinho, pastor da IBB em Umuarama – PR, e deão conselheiro do Seminário Teológico Bíblico do Sul.

7. O Pastor deve ser prudente ao relacionar-se com as pessoas, principalmente com as do sexo feminino. (1 Tm.5.1,2)

8. O Pastor deve submeter-se ao Espírito Santo , para que o fruto dEle se manifeste em sua vida diária. (Gl.5.22; Rm.12.17-21)

CAPITULO II

O PASTOR E SUA FAMÍLIA

9. O Pastor aspira à excelente obra do episcopado. Assim, deve Ter como companheira uma mulher em condições de ajudá-lo no ministério (1Tm.3.2,11).

10. Casado, o Pastor deve tratar a esposa e filhos como estabelece a Palavra de Deus, constituindo-se exemplo para o rebanho (Ef.5.24-33; 6.4; 1 Tm.3.4,5)

11. O pastor deve proceder corretamente com relação à sua família, esforçando-se ara dar-lhe o sustento adequado, o vestuário, a educação, a assistência médica, bem como, o tempo que ela merece (1 Pe.3.7; 1 Tm.3.4,5; Tt.1.6; Lc.11.11,13)

12. O Pastor deve evitar, quanto possível, o comentário em presença dos filhos menores, dos problemas, aflições ou frustrações da obra pastoral (1 Co.4.1-4).

13. O Pastor deve reconhecer a ação de sua esposa, junto da família, como algo essencial, não a envolvendo em tarefas eclesiais que venham a comprometer o seu desempenho familiar (1 Pe.3.7.)

CAPÍTULO III

O PASTOR E A IGREJA

14. O Pastor não deve deixar o seu pastorado sem prévio conhecimento da igreja.

15. O Pastor só deve apresentar sua renúncia à Igreja quando estiver realmente convencido de que deve afastar-se do pastorado.

16. O Pastor deve tratar a Igreja com toda consideração e estima, sabendo que ela é de Cristo (Ef.5.23,25; 1 Pe.5.2.)

17. Se sustentado pela igreja, deve considerar ponto de honra dedicar-se ao ministério pastoral, não aceitando qualquer outra incumbência, mesmo na causa, sem consentimento da Igreja (1 Tm.5.17)

18. O trabalho pastoral deve constituir a principal atividade da vida do Pastor, e só com o consentimento da igreja, poderá exercer outra atividade para garantir sua subsistência, porém nunca com o objetivo de prosperidade material (1 Tm.5.18, 6.9-11; 2 Tm.2.4).

19. O Pastor deve ser imparcial no seu trabalho, não se deixando levar por partidos ou preferências pessoais. Deve, pelo contrário, levar a igreja a fazer tão somente a vontade do Senhor (1 Pe.5.1-3; 3.2)

20. O Pastor deve ser prudente em relação à aceitação de convite para o pastorado, não se oferecendo ou insinuando, mas buscando a orientação e a direção do Espírito Santo (At.13.1,2)

21. O Pastor não deve insistir em permanecer em sua igreja quando perceber que seu ministério não está contribuindo para a edificação da Igreja e o crescimento do Reino de Deus (Fp.1.24,25)

22. Ao receber algum convite para pastorear outra igreja, o Pastor não deve divulgar o fato, para evitar constrangimentos.

23. Ao deixar uma igreja para outro pastorado, o Pastor não deve fazer referências desairosas às Igrejas de onde saiu.

24. O Pastor não deve promover ou aprovar qualquer manobra política para manter-se em seu cargo ou ainda obter qualquer posição denominacional, deve antes, colocar-se exclusivamente nas mãos de Deus para fazer o que lhe aprouver (1 Co.10.23-31).

25. O Pastor deve respeitar as decisões da Igreja, com prudência e amor, orientando seu rebanho a o estabelecendo na tomada de decisões administrativas.

CAPÍTULO IV

O PASTOR E SEU REBANHO

26. O Pastor deve exercer seu ministério com toda a dedicação e fidelidade à Cristo. (1 Co.4.1-2)

27. O Pastor é servo de Cristo a serviço de sua Igreja e , portanto, não deve receber outro pagamento, além de seu salário regular, por qualquer serviço que a ela preste (1 Tm.5.17,18)

28. O Pastor deve zelar pelo decoro do púlpito, tanto quanto por seu preparo, e fidelidade na comunicação da mensagem divina a seu povo, como pela sua apresentação pessoal.

29. Quando pregar ou escrever, usar sermões ou sugestões de outros, o Pastor deve mencionar as fontes de que se serve. A autenticidade deve ser característica marcante na ação pastoral.

30. Nas visitas e contatos pessoais com suas ovelhas, o Pastor deve Ter elevado respeito pelo lar que o recebe e pelas pessoas com quem dialoga. (1 Tm.5.1-15)

31. O Pastor deve guardar sigilo absoluto sobre o que saiba em razão do aconselhamento, atendimento e problemas daqueles que o procuram para orientação, não usando jamais as experiências da conversação pastoral como fontes de ilustração para suas mensagens ou conversas. (1 Tm.3.1-6)

32. O Pastor deve ser imparcial no seu pastorado, quer em casos de problemas, quer na atenção para com os membros de sua igreja.

33. Como líder do povo de Deus, o Pastor deve Ter consciência de que não pode saber todas as coisas, e, por isso, deve assessorar-se de pessoas idôneas e capazes que possam ajudá-lo na formulação de planos e tomada de decisão.

34. O Pastor deve mostrar-se pronto para receber conselho e repreensão, seja de seus colegas de ministério, seja de seus irmãos não ministros, toda vez que sua conduta for julgada repreensível.

35. O Pastor deve respeitar as horas de trabalho dos membros se sua igreja, evitando procurá-los ou incomodá-los em seu local de trabalho, para tratar de assuntos de menos importância e adiáveis. (Ec.3.1,11).

36. O Pastor não deve fazer proselitismo de membros de outras igrejas.

CAPÍTULO V

O PASTOR E SEUS COLEGAS

37. O Pastor não deve intrometer-se nem tomar partido em problemas que surgirem nas igrejas de colegas. (Mt.7.12; Jo.15.17; 1 Pe.4.15-17)

38. O Pastor não deve passar adiante qualquer notícia desabonadora de seu colega, nem divulgá-la.

39. O Pastor deve revelar espírito Cristão quanto aos predecessores aposentados que permaneçam em antigas igrejas.

40. O Pastor não deve aceitar convites para pregar, realizar casamentos ou dirigir cerimônias fúnebres de um colega ou membros da igreja dele em sua igreja, sem aprovação do colega, a não ser em casos especiais ou de emergência.

41. O Pastor não deve tomar em consideração sondagens para outro pastorado, se o Pastor da Igreja interessada não estiver afastado do cargo ou anunciado sua renúncia (Jo.15.17; Mt.7.12; 1 Co.10.23)

42. Quando deixar o pastorado, é conveniente o pastor não permanecer na Igreja, a fim de não constranger o colega que o substituir, e não deve, de modo nenhum, interferir no trabalho de seu substituto (Mt.7.12; 1 Co.10.31).

43. O Pastor que assume um novo pastorado, deve honrar e valorizar o trabalho de seu antecessor, não fazendo nem permitindo comentários desairosos a seu respeito por parte de membros do rebanho (Mt.7.12; Pv.12.14; Hb.13.7; Rm.13.7).

44. O Pastor deve considerar todos os seus colegas como cooperadores da Causa comum e não menosprezar nenhum deles (Mt.23.8; 7.12; Fp.2,3; 1 Co.3.5,7,9).

45. O Pastor nunca deve aceitar convite para falar onde sabe que sua presença causará constrangimento ou atrito.

46. O Pastor deve cultivar, com seus colegas, o hábito de franqueza, boa vontade, lealdade e cooperação, dispondo-se em ajudá-los em suas necessidades (Jo.15.17; Rm.12.9; 10.17,18; Pv.9.8,9).

47. Ainda que leal e solidário com seus colegas, o Pastor não está obrigado a silenciar quando algum deles estiver desonrando o ministério; havendo provas concludentes, deve tomar as medidas e atitudes aconselháveis em boa consciência (1 Tm.5.19-24; Mt.18.15-17; Gl.6.12)

CAPÍTULO VI

O PASTOR E A SUA DENOMINAÇÃO

48. O Pastor deve manter-se leal à sua Denominação, ou cortar suas relações com ela se, em boa consciência, nela não puder permanecer.

49. O Pastor deve dar sua cooperação leal à Denominação do lugar onde estiver trabalhando.

50. A cooperação do Pastor com a sua Denominação não deve comprometer a eficiência de seu trabalho pastoral na Igreja.

CAPÍTULO VII

O PASTOR E SUA COMUNIDADE

51. O Pastor deve ser participante da vida da comunidade em que sua igreja estiver localizada, identificando-se com sua causa e solidarizando-se com os anseios de seus moradores, procurando apoiá-los quanto possível nos esforços para a satisfação deles.

52. Através do exemplo de vida o Pastor deve imprimir, em sua comunidade, o espírito de altruísmo e participação.

53. O Pastor não deve assumir compromissos financeiros pela igreja sem sua autorização.

54. O Pastor deve procurar conhecer as autoridades de sua comunidade, honrando-as e incentivando-as no desempenho de sua missão (Rm.13)

55. O Pastor deve estar presente às comemorações e celebrações cívicas que ocorrerem na sua comunidade.

Vamos abordar do código acima, o item 1, o Pastor e aquele que é vocacionado, chamado por Deus para o exercício do Pastoreio.

Portanto não cabe ao Pastor desistir de sua chamada, bem como ainda querer concilia-la com outra atividade qualquer que não seja o Pastoreio.

Infelizmente tem crescido hoje em nossos dias o Pastorado como profissão,, é triste a lembrança do sacerdócio na igreja Primitiva, época posterior a 330 dc, quando o sacerdócio deixou de ter Pastores que apascentavam suas ovelhas, para ter sacerdotes que apascentavam a si próprios, quando tornou-se interessante o ministério, pois o mesmo com a união do Estado e da Igreja trazia prestígio, poder, renda, de nada lembrando a igreja primitiva no período da perseguição. (Ver Jd. 1.8-13) .

Portanto é impossível ao Pastor enquanto Pastor conciliar qualquer outra atividade com o ministério e estar fielmente cumprindo com sua responsabilidade para com as ovelhas, o que ficou provado acima, indiscutivelmente.

Aos que defendem que isto é possível com base no Antigo Testamento, ou no Novo Testamento, abordaremos adiante a Teocracia, bem como ainda abordaremos Jesus e a política no Novo Testamento

Tópico III

A Política

“Ninguém pode [servir] a dois senhores; porque ou há de odiar a um e amar o outro, ou há de dedicar-se a um e desprezar o outro. Não podeis [servir] a Deus e às riquezas”.(Mateus 6.24)

A política aristotélica é essencialmente unida à moral, porque o fim último do estado é a virtude, isto é, a formação moral dos cidadãos e o conjunto dos meios necessários para isso. O estado é um organismo moral, condição e complemento da atividade moral individual, e fundamento primeiro da suprema atividade contemplativa. A política, contudo, é distinta da moral, porquanto esta tem como objetivo o indivíduo, aquela a coletividade. A ética é a doutrina moral individual, a política é a doutrina moral social. Desta ciência trata Aristóteles precisamente na Política, de que acima se falou.

O estado, então, é superior ao indivíduo, porquanto a coletividade é superior ao indivíduo, o bem comum superior ao bem particular. Unicamente no estado efetua-se a satisfação de todas as necessidades, pois o homem, sendo naturalmente animal social, político, não pode realizar a sua perfeição sem a sociedade do estado.

Visto que o estado se compõe de uma comunidade de famílias, assim como estas se compõem de muitos indivíduos, antes de tratar propriamente do estado será mister falar da família, que precede cronologicamente o estado, como as partes precedem o todo. Segundo Aristóteles, a família compõe-se de quatro elementos: os filhos, a mulher, os bens, os escravos; além, naturalmente, do chefe a que pertence a direção da família. Deve ele guiar os filhos e as mulheres, em razão da imperfeição destes. Deve fazer frutificar seus bens, porquanto a família, além de um fim educativo, tem também um fim econômico. E, como ao estado, é-lhe essencial a propriedade, pois os homens têm necessidades materiais. No entanto, para que a propriedade seja produtora, são necessários instrumentos inanimados e animados; estes últimos seriam os escravos.

Aristóteles não nega a natureza humana ao escravo; mas constata que na sociedade são necessários também os trabalhos materiais, que exigem indivíduos particulares, a que fica assim tirada fatalmente a possibilidade de providenciar a cultura da alma, visto ser necessário, para tanto, tempo e liberdade, bem como aptas qualidades espirituais, excluídas pelas próprias características qualidades materiais de tais indivíduos. Daí a escravidão.

Vejamos, agora, o estado em particular. O estado surge, pelo fato de ser o homem um animal naturalmente social, político. O estado provê, inicialmente, a satisfação daquelas necessidades materiais, negativas e positivas, defesa e segurança, conservação e engrandecimento, de outro modo irrealizáveis. Mas o seu fim essencial é espiritual, isto é, deve promover a virtude e, conseqüentemente, a felicidade dos súditos mediante a ciência.

Compreende-se, então, como seja tarefa essencial do estado a educação, que deve desenvolver harmônica e hierarquicamente todas as faculdades: antes de tudo as espirituais, intelectuais e, subordinadamente, as materiais, físicas. O fim da educação é formar homens mediante as artes liberais, importantíssimas a poesia e a música, e não máquinas, mediante um treinamento profissional. Eis porque Aristóteles, como Platão, condena o estado que, ao invés de se preocupar com uma pacífica educação científica e moral, visa a conquista e a guerra. E critica, dessa forma, a educação militar de Esparta, que faz da guerra a tarefa precípua do estado, e põe a conquista acima da virtude, enquanto a guerra, como o trabalho, são apenas meios para a paz e o lazer sábio.

Não obstante a sua concepção ética do estado, Aristóteles, diversamente de Platão, salva o direito privado, a propriedade particular e a família. O comunismo como resolução total dos indivíduos e dos valores no estado é fantástico e irrealizável. O estado não é uma

unidade substancial, e sim uma síntese de indivíduos substancialmente distintos. Se se quiser a unidade absoluta, será mister reduzir o estado à família e a família ao indivíduo; só este último possui aquela unidade substancial que falta aos dois precedentes. Reconhece Aristóteles a divisão platônica das castas, e, precisamente, duas classes reconhece: a dos homens livres, possuidores, isto é, a dos cidadãos e a dos escravos, dos trabalhadores, sem direitos políticos.

Quanto à forma exterior do estado, Aristóteles distingue três principais: a monarquia, que é o governo de um só, cujo caráter e valor estão na unidade, e cuja degeneração é a tirania; a aristocracia, que é o governo de poucos, cujo caráter e valor estão na qualidade, e cuja degeneração é a oligarquia; a democracia, que é o governo de muitos, cujo caráter e valor estão na liberdade, e cuja degeneração é a demagogia. As preferências de Aristóteles vão para uma forma de república democrático-intelectual, a forma de governo clássica da Grécia, particularmente de Atenas. No entanto, com o seu profundo realismo, reconhece Aristóteles que a melhor forma de governo não é abstrata, e sim concreta: deve ser relativa, acomodada às situações históricas, às circunstâncias de um determinado povo. De qualquer maneira a condição indispensável para uma boa constituição, é que o fim da atividade estatal deve ser o bem comum e não a vantagem de quem governa despoticamente.⁵

Política e político no Brasil são sinônimos de trapaça, falcatuas, indecência, imoralidade, tanto que conforme relata Valmir Cardoso em seu trabalho A Igreja a Política e Anthony Garotinho: A palavra “político”, quando consultada no Aurélio, retornou no item 3 “pessoa que se ocupa com política”. Mais abaixo, no item 5 constava em sentido figurado “esperto, astuto”. Mas, na boca do povo, ela traz consigo adjetivos como “ladrão”, “trambiqueiro”, “mentiroso”, “hipócrita”, “nepotista” e outras coisas. Estou exagerando? Faça você mesmo uma pesquisa. Como que esta atividade pública tornou-se tão má adjetivada, creio que não preciso nem lhes falar, haja visto os últimos acontecimentos no Senado. E só para não perder o raciocínio: Se os “pastores” não se voltarem para a simplicidade e amor de Jesus Cristo, daqui a alguns anos, logo também herdarão muitos destes adjetivos, pois já muitos são os escândalos envolvendo-os, expostos na mídia nacional e local.⁶

Exemplos a serem esquecidos

Em 1986, em pleno processo de elaboração da Constituição Brasileira, um grupo de deputados federais criaram o “Centrão”, bloco formado para apoiar as propostas mais conservadoras do governo a serem incluídas no texto final. Desse grupo, muitos parlamentares evangélicos fizeram parte. Meses depois, os evangélicos abandonaram o Centrão para criar o que ficou conhecida como a bancada evangélica. Do mesmo modo, ela caracterizou-se por uma postura governista e interessada muito mais em defender os próprios interesses do que os anseios e as aspirações do povo brasileiro. Prova disso foram os votos que o grupo deu, na maior parte dos casos, em troca de concessões para rádio e TV.

O comportamento dos parlamentares foi tão desastroso que na época uma entrevista coletiva foi convocada por lideranças de diversas igrejas evangélicas para repudiar a postura de fisiologismo (prática de trocar o voto por favorecimentos pessoais) do grupo. “Eu sou mesmo fisiologista, mas quem não é? Todo mundo que vai para o Congresso Nacional já sabe que é para fazer fisiologismo. Só que eu faço com o moral elevado”, disse, durante o evento, o pastor gaúcho e então deputado João de Deus Antunes.

⁵ Aristóteles e a Política – Enciclopédia Encarta 2001

⁶ Valmir Cardoso em A Política, a Igreja e Anthony Garotinho

Essa, porém, não foi a única 'pérola' de integrantes da bancada evangélica. Aliás, foram deles algumas expressões, entre curiosas e absurdas, ouvidas no Congresso Nacional Constituinte. "Aqui os caluniadores poderão defecar à vontade", disse certa vez o deputado Jaime Palyarin, no dia em que exibiu um urinol no plenário.⁷

⁷ Texto retirado da Web

Tópico IV

A Ética

Ética, princípios ou pautas da conduta humana, também denominada filosofia moral. Como ramo da filosofia, é considerada uma ciência normativa.

PRINCÍPIOS ÉTICOS

Os filósofos tentaram determinar a boa conduta segundo dois princípios fundamentais: considerando alguns tipos de conduta bons em si, ou em virtude de se adaptarem a um modelo moral concreto. O primeiro implica um valor final, ou *summum bonum*, desejável por si próprio, e não apenas como um meio de chegar a um fim. Na história da ética, há três modelos principais de conduta: a felicidade ou prazer; o dever, virtude ou obrigação; e a perfeição, que é o completo desenvolvimento das potencialidades humanas. Dependendo do que estabelece a sociedade, a autoridade invocada para uma boa conduta pode ser a vontade de uma divindade, o modelo da natureza ou o domínio da razão. O hedonismo é a filosofia que ensina que o maior de todos os bens é o prazer. Já na filosofia em que a mais alta realização é o poder ilimitado ou absoluto, podem não ser aceitas as regras éticas geradas pelos costumes e serem propostas outras normas ou, ainda, as ações serem regidas por critérios outros, mais adequados a obtenção do domínio visado, buscando-se convencer os demais quanto à sua moralidade.

HISTÓRIA

A história da ética se entrelaça com a história da filosofia. No século VI a.C., Pitágoras desenvolveu algumas das primeiras reflexões morais a partir do orfismo, afirmando que a natureza intelectual é superior à natureza sensual e que a melhor vida é aquela dedicada à disciplina mental. Os sofistas se mostraram céticos no que se refere a sistemas morais absolutos, embora, para Sócrates, a virtude surja do conhecimento e a educação possa conseguir que as pessoas sejam e ajam de acordo com a moral. Seus ensinamentos modelaram a maior parte das escolas de filosofia moral gregas da posteridade, entre as quais se destacariam os cínicos, os cirenaicos, os megáricos e os platônicos. Para Platão, o mal não existe por si só, é apenas um reflexo imperfeito do real, que é o bem, elemento essencial da realidade. Afirmava que, na alma humana, o intelecto tem que ser soberano, figurando a vontade em segundo lugar e as emoções em terceiro, sujeitas ao intelecto e à vontade. Aristóteles considerava a felicidade a finalidade da vida e a resultante do único atributo humano, a razão. As virtudes intelectuais e morais seriam apenas meios destinados a sua consecução. Na filosofia do estoicismo, a natureza é ordenada e racional e só pode ser boa uma vida que esteja em harmonia com ela. Embora a vida seja influenciada por circunstâncias materiais, o indivíduo tem que se tornar independente desses condicionamentos através da prática de algumas virtudes fundamentais, como a prudência, o valor, a temperança e a justiça. O epicurismo, por sua vez, identificava como sumo bem o prazer, principalmente o prazer intelectual, e, tal como os estóicos, preconizava uma vida dedicada à contemplação.

ÉTICA CRISTÃ

Os modelos éticos da Idade Clássica eram aplicáveis apenas às classes dominantes, especialmente na Grécia. Grande parte do apelo do cristianismo se explica pela extensão da cidadania moral a todos, inclusive aos escravos. Por outro lado, sua doutrina revolucionou a ética, ao introduzir uma concepção religiosa de bem no pensamento ocidental. De acordo com a idéia cristã, toda pessoa depende inteiramente de Deus e só pode alcançar a bondade com ajuda de sua graça. No fim da Idade Média, São Tomás de Aquino viria a fundamentar na lógica aristotélica os conceitos agostinianos de pecado original e da redenção por meio da graça divina.

À medida que a Igreja medieval se tornava mais poderosa, desenvolvia-se um modelo de ética que trazia castigos aos pecados e recompensa à virtude através da imortalidade. A Reforma protestante provocou um retorno geral aos princípios básicos, ligando-os à tradição cristã. A responsabilidade individual passou a ser considerada mais importante do que a obediência à autoridade ou à tradição. Esta transformação levou, indiretamente, ao surgimento da ética secular moderna.

Thomas Hobbes, no *Leviatã* (1651), asseverava que os seres humanos são maus e necessitam de um Estado forte que os reprima. Para Baruch Spinoza, a razão humana é o critério para uma conduta correta e só as necessidades e interesses do homem determinam o que pode ser considerado bom e mau, o bem e o mal.

A maior parte dos grandes descobrimentos científicos tem afetado a ética. As pesquisas de Isaac Newton foram consideradas uma prova da existência de uma ordem divina racional. Jean-Jacques Rousseau, por sua vez, em seu *Contrato social* (1762), atribuía o mal ético aos desajustamentos sociais e afirmava que os seres humanos eram bons por natureza. Uma das maiores contribuições à ética foi a de Immanuel Kant, em fins do século XVIII. Segundo ele, a moralidade de um ato não deve ser julgada por suas conseqüências, mas apenas por sua motivação ética. As teses do utilitarismo, formuladas por Jeremy Benham, sugerem o princípio da utilidade como meio de contribuir para aumentar a felicidade da comunidade. Já para Georg Wilhelm Friedrich Hegel, a história do mundo consiste em “disciplinar a vontade natural descontrolada, levá-la a obedecer a um princípio universal e facilitar uma liberdade subjetiva”.

O desenvolvimento científico que mais afetou a ética, depois de Newton, foi a teoria da evolução apresentada por Charles Darwin. Suas conclusões foram o suporte documental da chamada ética evolutiva, do filósofo Herbert Spencer, para quem a moral resulta apenas de certos hábitos adquiridos pela humanidade ao longo de sua evolução. Friedrich Nietzsche explicou que a chamada conduta moral só é necessária ao fraco, uma vez que visa a permitir que este impeça a auto-realização do mais forte. Em visão oposta, Piotr Aleksevich Kropotkin afirmou que a sobrevivência das espécies depende da ajuda mútua e que os seres humanos obtiveram a primazia entre os animais em razão de sua capacidade de associação e cooperação.

A ética moderna demonstra influências da psicanálise de Sigmund Freud e das doutrinas behavioristas. Freud atribuiu o problema do bem e do mal em cada indivíduo à luta entre o impulso do eu instintivo para satisfazer a todos os seus desejos e a necessidade do eu social de controlá-los ou reprimi-los. O behaviorismo, através da observação dos comportamentos animais, reforçou a idéia da possibilidade de mudar a natureza humana, facilitando as condições que favoreçam os desejos de mudança.

TENDÊNCIAS RECENTES

Bertrand Russell marcou uma mudança de rumos no pensamento ético das últimas décadas. Reivindicou a idéia de que os juízos morais expressam desejos individuais ou hábitos aceitos. A seu ver, seres humanos completos são os que participam plenamente da vida social e expressam tudo que faz parte de sua natureza. Martin Heidegger, por sua vez, afirmou que os seres humanos se encontram sós no Universo e têm que adotar e assumir suas decisões éticas com permanente consciência da morte. Outros filósofos modernos que se interessaram pelo pensamento ético foram John Dewey e George Edward Moore.

Os filósofos que julgam que o bem pode ser analisado são chamados de naturalistas. Eles consideram os enunciados éticos como descritivos do mundo em termos

de verdadeiro ou falso. Existe, finalmente, uma escola não-cognitiva, em que a ética não representa uma forma de conhecimento e sua linguagem não é descritiva.⁸

Barth, Karl (1886-1968), teólogo protestante suíço. Professor nas universidades de Munique e Bonn. Opôs-se ao regime de Hitler e foi deportado para a Suíça, onde continuou a carreira na Universidade de Basiléia.

Karl Barth pretendia afastar a teologia da influência da filosofia da religião. Insistia no Humanismo e na recondução aos princípios da Reforma. Entre suas obras destacam-se Cartas aos romanos (1919) e a inacabada Dogmática eclesiástica, iniciada em 1932.⁹

⁸"Ética." *Enciclopédia® Microsoft® Encarta 2001*. © 1993-2000 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

⁹"Barth, Karl." *Enciclopédia® Microsoft® Encarta 2001*. © 1993-2000 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

Tópico V

Política no Antigo Testamento

Aristóteles estabelecia três categorias de governos: monarquia, aristocracia e democracia. Os filósofos gregos posteriores diferenciavam três formas degeneradas das classes de governo definidas por ele. Distinguiam, por tanto, a tirania, a oligarquia e a oclocracia (democracia radical), governo da multidão ou da plebe. Outras categorias de transcendência histórica são a teocracia, quando a autoridade civil suprema é exercida por representantes de deuses ou Deus na Terra, e a burocracia, o domínio do governo por funcionários da administração.¹⁰

Teocracia

Constituição ou governo de um país no qual Deus é o único soberano e as leis do reino são consideradas como ordens divinas. Assim sendo, a autoridade civil suprema é exercida por representantes de deuses ou de Deus na Terra.¹¹

Toda abordagem dentro de religião esbarra na questão da predestinação, e inquestionável que Deus seja onipotente, mas é também onisciente, entendendo que o Criador dentro do exercício de sua soberania, concedeu ao homem liberdade, levando-o a culminar em seus propósitos, bem como ao grande final que não é outro senão a adoração a Deus de nossa parte pela necessidade que sentimos dele, pela conscientização de nossa fragilidade e principalmente pelo descanso em seu amor e providência. Nossa interpretação é a da predestinação condicional, ou seja que Deus predestinou os acontecimentos com base em sua presciência.

A Teocracia e o governo exercido na história de Israel no Antigo Testamento, pois esta evidenciado por relatos Bíblicos.

No princípio Deus dirigia pessoalmente, "...Ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda árvore do jardim podes comer livremente" ; (Gn. 2:16), com a queda do homem, passou a fazê-lo através dos Patriarcas, "Então disse Deus a Noé:...." (Gn. 6:13), "Apareceu, porém, o Senhor a Abrão, e disse: ..." (Gn- 12.7), "Disse mais: Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque, e o Deus de Jacó. E Moisés... " (Ex.3.6); através dos sacerdotes, .. "Então disse o Senhor a Moisés e a Arão..." (Ex. 9:8), Tornou o anjo do Senhor a Balaão: Vai com os homens, somente a palavra que eu te [disse]r é que falarás.....(Nm. 22:35), pelos juizes, "Então disse Débora a Baraque: Levanta-te, porque este é o dia em que o Senhor" (Jz. 4.14), pelos profetas, "enviou-lhes o Senhor um profeta, que lhes disse] Assim diz o Senhor, Deus de Israel:..." (Jz. 6:8), pelos reis, "Então disse Samuel a todo o povo: Vedes já a quem o Senhor escolheu: Não há entre o povo nenhum semelhante a ele. Então todo o povo o aclamou, dizendo: Viva o rei;..." (1 Sm 10:24).

E bom frisar que Deus escolheu Saul, porque o povo assim o queria, "Disse o Senhor a Samuel: Ouve a voz do povo em tudo quanto te dizem, pois não é a ti que têm rejeitado, porém a mim, para que eu não reine sobre eles". (1 Sm 8:7), "Mas vós hoje rejeitastes a vosso Deus, àquele que vos livrou de todos os vossos males e angústias, e

¹⁰"Governo." *Enciclopédia® Microsoft® Encarta 2001*. © 1993-2000 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

¹¹"Teocracia." *Enciclopédia® Microsoft® Encarta 2001*. © 1993-2000 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

lhe dissestes: Põe um rei sobre nós. Agora, pois, ponde-vos perante o Senhor, segundo as vossas tribos e segundo os vossos milhares". (1 Sm.10.19).

Eu entendo que a Teocracia como forma de governo segundo o propósito inicial de Deus encerrou-se aí, já que mesmo na mais apurada hermenêutica, Deus usou sua vontade permissiva, o rei foi concedido não porque seria o melhor para o povo, mas porque o povo o pedia.

Observemos que Saul não fez o que era reto diante do senhor, e após a morte de Salomão o Reino de Israel foi dividido em duas partes, o Reino de Israel com dez tribos e o reino de Judá com duas.

O reino de Israel apressou-se mais em não fazer o que era reto diante do senhor, sendo seguido pelo reino de Judá.

Com a ascensão ao trono de Saul, o primeiro rei israelita em 1020 a.C., criou-se uma verdadeira entidade política. Mais tarde, com Davi, o reino engrandeceu-se. Salomão, filho e sucessor de Davi, é conhecido por ter mandado construir o Templo de Jerusalém, símbolo da glória israelita. Salomão foi um dirigente poderoso mas, após sua morte (922 a.C.), o reino se dividiu. Jeroboão, seu filho, reinou sobre a parte sul conhecida, mais tarde, como o reino de Judá.

Durante os dois séculos seguintes, a história judaica reduz-se a uma série de lutas entre pequenos estados que, constantemente, brigavam entre si. No século VIII a.C., o poder dos assírios cresceu e eles dominaram o Oriente Médio. Em 721 a.C., o reino de Israel foi destruído e muitos de seus habitantes partiram para o desterro. O reino de Judá, apesar de ter passado a tributário da Assíria, manteve sua independência nominal.

Em 598 a.C., Nabucodonosor II, soberano da Caldéia, declarou guerra ao reino de Judá, conquistou Jerusalém e os judeus foram deportados para a Babilônia, fato que marcou o fim da independência política do antigo Israel.¹²

¹²"Judeus." *Enciclopédia® Microsoft® Encarta 2001*. © 1993-2000 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

Tópico VI

Política no Novo Testamento

‘Replicou-lhe a mulher: Eu sei que vem o Messias (que se chama o Cristo); quando ele vier há de nos anunciar todas as coisas’. (João.25, Mc 12.35, João 7.26,27)

“ Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de todas as tuas forças. E o segundo é este: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que esses”. (Mc 12. 30,31)

Cristianismo

Religião fundada por Jesus Cristo e seus discípulos em meados do século I que tem como base referências a sua vida e a seus ensinamentos.

Segundo a tradição cristã, Jesus de Nazaré nasce em Belém, na Judéia, em uma família comum, quando o Império Romano domina a Palestina. Aos 30 anos reúne discípulos e apóstolos e passa a pregar sua doutrina. Ele é a encarnação do Messias, vindo ao mundo para anunciar a instauração do reinado de Deus a partir de Israel. É considerado blasfemo pelas autoridades religiosas judaicas, acusado pelos romanos de não reconhecer a divindade do imperador e conspirar contra Júlio César. É submetido a um processo e crucificado. Morre, ressuscita e envia à Terra o Espírito Santo (espírito salvador).

No Novo Testamento, a palavra Cristo se utiliza como nome comum ou nome próprio. Em ambas as acepções, aparece com ou sem artigo definido, sozinha ou associada a outros termos ou nomes. Quando se usa como nome próprio, e muitas vezes em outros casos também, designa Jesus de Nazaré, o esperado messias dos judeus.

Messias, na teologia cristã, Cristo, o bendito. Era o nome hebreu para o libertador prometido à humanidade, papel assumido por Jesus e outorgado a ele pelos cristãos. Por seu uso teológico, o vocábulo terminou por aplicar-se em sentido amplo a qualquer esperado libertador de um país, de um povo, ou a um esperado redentor em qualquer das religiões não cristãs.¹³

Os judeus esperavam um messias libertador político, em contraposição veio Jesus, um humilde filho de carpinteiro, que tinha como alvo os pobres e necessitados .

Seu evangelho inicialmente dirigido aos Judeus, que esperavam um messias que os libertasse do jugo Romano, já que sempre que o povo Judeu se arrependia e clamava a Deus, ele enviava um libertador (ver Neemias 9.27, Isaías capítulos 2,11,65), eles então esperavam um libertador político que estabelecesse um reino terreno forte e duradouro. (ver Isaías 40.10, 63. 1-4).

“Veio para o que era seu, e os seus não o receberam”. (João 1.11)

Desta maneira o evangelho foi estendido aos gentios (ver Isaías 42.1-7), esta evidenciado que Jesus Cristo veio para servir e não para governar (ver Mateus 20.28), dar a sua vida para que os que andavam em trevas vissem uma grande luz (ver Isaías 9. 1-2)

Hora é evidente que se a finalidade do evangelho fosse o exercício do governo mundano, Jesus teria sido entronizado, há relatos paralelos na história de movimentos que se propunham a leva-lo ao trono.

Mas o filho de Deus veio como um humilde carpinteiro para os pobres e necessitados.

¹³"Messias." *Enciclopédia® Microsoft® Encarta 2001*. © 1993-2000 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.

O meu reino não é deste mundo, “Respondeu Jesus: O meu reino não é deste mundo; se [o meu reino] fosse deste mundo, pelejariam os meus servos, para que eu não fosse entregue aos judeus; entretanto [o meu reino] não é daqui”. (João 18.36) daí a Cesar o que é de Cesar, (Mateus 22.21), Nenhum soldado em serviço se embaraça com negócios desta vida, a fim de agradar àquele que o alistou para a guerra. (2 Tm 2.4, veja também 1 Tm 6.9-10-11).

Tópico VII

Ética na formação Pastoral

A batalha pelo ser humano, nesta era pós-cristã, dar-se-á no campo da ética. Não só porquê o que está em pauta é a questão das finalidades, mas, também, porquê é o único campo onde as forças pró ser humano podem travá-la. A globalização já decidiu o rumo da vida humana nos campos econômicos e sociais, a sociedade já está estruturada de modo irreversível, independente das forças que assumam o poder nas nações, pois, o que está em curso é supra-nacional. Resta, portanto, o campo da ética.

Julio Santa Ana, in Tempo e Presença, em seu artigo “Ética, cinco anos depois...”, nos dá um quadro sobre a questão ética nos relacionamentos internacionais:

1- O crescimento da economia mundial e o desenvolvimento tecnológico já permitiriam a diminuição da carga horária para os trabalhadores, permitindo melhor desfrute do progresso. Os empresários, entretanto, optaram pela dispensa de funcionários e, mais que isso, pela exclusão do mercado de toda uma massa de trabalhadores ;

2- No plano geopolítico, os Estados Unidos da América, dada sua inquestionável superioridade bélica, tornaram-se o xerife do mundo: estão em condições de intervir em qualquer conflito mundial, garantindo, assim, um clima de paz, porém, só o fazem de acordo com os seus interesses particulares;

3- A cultura que está sendo disseminada é a “mass media”, a cultura da classe dominante mundial - sobreviverá o movimento cultural que se adaptar, que se inserir.

Régis de Moraes, in Tempo e Presença, no escrito “Retomar a ética à luz de nosso tempo”, reitera que a batalha a ser travada é ética: “a proscria de grande parte do século XX - a ética - voltou agindo discretamente. Discreta, mas eficientemente”, diz ele. Insiste que esse é o caminho da esperança: “Nenhuma hora é hora de desistir. Sempre repito que nós podemos ter tentado muitas alternativas, mas, com certeza não tentamos todas”. Descreve, em relação ao Brasil, um quadro positivo, que passa pela deposição de um Presidente da República, pelo fortalecimento sindical, pela indignação frente ao desmando político, pela reação frente a absurdos como as chacinas e atos estúpidos como o assassinato de Galdino: o índio patachó. Declara que essa batalha tem uma nova e decisiva frente: a questão das drogas. Por quê declara que tudo isso é questão ética? Porque ética - ethos, em grego - designa a morada do homem, não é algo pronto, porém, é a busca de se construir um abrigo permanente onde o homem se realize plenamente - ambiente que faça jus ao termo humano. Esta batalha encerra a busca de soluções estruturais e de conversões pessoais.

Luiz Alberto Gómez de Souza, in Tempo e Presença em “O legado de Betinho: a ética na política”, chama-nos a atenção para o grande soldado pela ética surgido em solo pátrio, Betinho, mostrando como a opção deste pela sociedade, num projeto suprapartidário, despertou a nação para a consciência da possibilidade de construir uma sociedade igualitária, participativa, livre, diversa e solidária. Isto, a partir da adoção de uma ética que estabelece o sentido de público, como a busca do bem de todos, e subordina o direito de alguns aos direitos da maioria. Deixou claro que esse é um caminho longo, que tem de ser percorrido com liberdade, principalmente, em relação às amarras que impõe formas restritas de encaminhamento da coisa pública, como os partidos políticos, numa consciência de que, política, é um exercício de vida que se baseia na crença de que a

sociedade não está presa às garras de nenhum tipo de fatalismo, o que torna possível sonhar com transformações sociais profundas.

Manfredo Araújo de Oliveira, in *Tempo e Presença*, no texto “Os dilemas éticos de uma economia de mercado”, afirma que “desemprego estrutural, crise ecológica e nova problemática da relação norte-sul são problemas extremamente sérios que revelam com toda a clareza, a dramaticidade dos dilemas éticos de uma economia de mercado capitalista. Se não formos capazes de enfrentar esses dilemas, talvez a sobrevivência do ser humano em nosso planeta se torne impossível”. Isto porque, desde Hobbes, a economia de mercado passou a ser considerada um sistema neutro de produção de riquezas onde a justa distribuição das mesmas não está em pauta. Essa lógica cruel gerou um nível de desigualdade social insuportável, fragilizou as economias emergentes, como, estarrecidos, estamos assistindo, comprometeu o ecossistema. Estamos, portanto, frente a um dilema básico: “a relação entre eficiência e justiça: uma batalha ética”.

Todas essas contribuições nos remetem para a necessidade da ética na formação pastoral, pois, como agente propagador e construtor do Reino de Deus, o pastor é, eminentemente, um propalador da ética, ou, talvez devêssemos dizer, de éticas. O Reino de Deus se propõe a ser a casa do homem onde o humano se concretiza. José Adriano Filho, em seu texto: “Denúncia dos causadores da ruína do povo” in *Tempo e Presença*, chama a atenção para o fato de que o movimento profético dos séculos VIII e VII A.C. caracterizou-se, marcadamente, por essa pregação ética levada a efeito por meio da denúncia que, evocando o pacto, fazia lembrar a nação que o Deus da Bíblia é o Deus dos e pró pequeninos. Além da denúncia, o pastor deve compreender que o pastorado, mais do que o cuidado pastoral da ovelha, enquanto indivíduo, tem de se caracterizar pela construção de modelos comunitários que exemplifiquem o que deve ser a casa do homem, isto é, que sejam paradigmas éticos. “Não se pode esconder uma cidade edificada sobre o monte” (Mt 5.14), disse Jesus. O mesmo que, reiteradas vezes, pronunciou: “eu, porém, vos digo...”, numa campanha pela compreensão da ética proposta por Deus.

O pastor precisa aprender que atuação da igreja passa pela proposição de caminho que oriente o ser humano em seu devir (termo filosófico que designa processo de tornar-se o que deve ser) pessoal e social. Que soberania divina, eleição, predestinação, não têm nada a ver com fatalismo ou determinismo. O ser humano é co-agente da história, por isso será julgado. O homem é responsável. É preciso compreender o papel da graça comum, que torna a vida e o progresso possíveis enquanto se desenrola a história da salvação. Ainda que a perfeição não seja passível de ser alcançada, a melhoria, o aprimoramento social, o é. A salvação tem de ser apreendida em seu papel social, pois salvação é sempre para e não apenas por.

A ética tem de ocupar papel preponderante na formação pastoral, além do exposto, por ser categoria teleológica, ou seja, por fazer parte do capítulo que trata das finalidades. Por quê e para o que somos. E esta é a matéria prima da Teologia, e só existe na forma que a conhecemos porque o ser humano perdeu a capacidade de responder essa questão. É claro, portanto, que o ministério pastoral é pró-ética, uma vez que não faria sentido falar de conversão se não houvesse para onde ir, ou melhor, para onde voltar. É claro, também, que isso afeta o todo humano: o indivíduo, a sociedade, a política, a economia, a cidade, o campo - todos os componentes do ethos, da casa humana.

O evangelho que ora assistimos é antiético; não constrói casa alguma, na medida que promove o individualismo alienante. A irresponsabilidade social e histórica, nesse sentido atenta contra a solidariedade e, quando age socialmente, opta pelo paternalismo da assistência social que não conscientiza, não desperta companheirismo e comunidade, nem promove libertação. Não se dá conta de que há uma ação perversa de alienação em curso, cujo objetivo é fazer os pequeninos converterem-se, não só aos seus opressores, como, aos meios de opressão; realidade, essa, muito bem retratada por Chico Buarque na letra “Brejo da Cruz”:

“A novidade que há no brejo da cruz,
são as crianças se alimentarem de luz. (...)”

Mas há milhões desses seres que se disfarçam tão bem.

Ninguém pergunta de onde essa gente vem. (...) á não se lembram, que há um brejo da cruz, que eram crianças, e que comiam luz.”

Ou a ética faz parte da educação teológica ou teremos um evangelho antiético, anti-história e escravizador, por individualista que será.

Este texto é fruto de um simpósio promovido pela Aetal (Associação das Escolas Teológicas da América Latina), onde, durante o período de perguntas e respostas, foi perguntado ao Pr. Ariovaldo Ramos, pelo Prof. Irineu De Carli Junior: “Em face de tantos problemas apresentados de forma tão acurada e pertinente pelo senhor, quais, na sua opinião, seriam as possíveis soluções para uma Ética Ministerial mais verdadeira em nosso meio, hoje?”

Resposta: “Acredito eu que as respostas estariam alicerçadas em três pontos principais:

- 1.) Que os vários seminários evangélicos, preocupem-se em levar seus alunos à reflexão, ou seja, que as escolas teológicas se preocupem em ensinar seus alunos a pensar por si mesmos. Com participação em classe, com boa leitura, e com o ensino de Lógica como matéria acadêmica, dentro do estudo do pensamento humano.
- 2.) Que os vários seminários evangélicos, preocupem-se em resgatar a mensagem de Cristo para hoje! Ou seja, que os alunos saibam ler os jornais e ver as notícias debaixo de uma perspectiva cristã crítica, contextualizada, prática e pertinente.
- 3.) Que os vários seminários evangélicos, se conscientizem de que são prestadores de serviço para a igreja local. De que a ela e a sua realidade devem estar subordinados, preparando líderes que tragam respostas pertinentes para as perguntas que estão sendo feitas hoje! Já chega de estudarmos respostas sobre perguntas que ninguém mais está fazendo.

Os seminários, portanto, juntamente com a Igreja, devem, a partir de seus pressupostos desenvolver proposições que venham ao encontro das necessidades do homem de hoje, dentro da Palavra de Deus. Não que com isso o homem vá nortear a interpretação bíblica, mas, antes, que a interpretação bíblica irá trazer princípios de vida prática para a realidade desse homem.”¹⁴

¹⁴ Texto extraído da Web

Para os que defendem a possibilidade de harmonizar ministério Pastoral e política, mesmo correndo o risco de me tornar repetitivo, transcrevo novamente os exemplos a serem esquecidos abaixo:

Exemplos a serem esquecidos

Em 1986, em pleno processo de elaboração da Constituição Brasileira, um grupo de deputados federais criaram o “Centrão”, bloco formado para apoiar as propostas mais conservadoras do governo a serem incluídas no texto final. Desse grupo, muitos parlamentares evangélicos fizeram parte. Meses depois, os evangélicos abandonaram o Centrão para criar o que ficou conhecida como a bancada evangélica. Do mesmo modo, ela caracterizou-se por uma postura governista e interessada muito mais em defender os próprios interesses do que os anseios e as aspirações do povo brasileiro. Prova disso foram os votos que o grupo deu, na maior parte dos casos, em troca de concessões para rádio e TV.

O comportamento dos parlamentares foi tão desastroso que na época uma entrevista coletiva foi convocada por lideranças de diversas igrejas evangélicas para repudiar a postura de fisiologismo (prática de trocar o voto por favorecimentos pessoais) do grupo. “Eu sou mesmo fisiologista, mas quem não é? Todo mundo que vai para o Congresso Nacional já sabe que é para fazer fisiologismo. Só que eu faço com o moral elevado”, disse, durante o evento, o pastor gaúcho e então deputado João de Deus Antunes.

Essa, porém, não foi a única ‘pérola’ de integrantes da bancada evangélica. Aliás, foram deles algumas expressões, entre curiosas e absurdas, ouvidas no Congresso Nacional Constituinte. “Aqui os caluniadores poderão defecar à vontade”, disse certa vez o deputado Jaime Palyarin, no dia em que exibiu um urinol no plenário¹⁵

¹⁵ Texto extraído da Web

CONCLUSÃO

E interessante o encontrado no site de mensagens do profeta W.Branham, que transcrevo abaixo:

Nós, da Mensagem do Profeta W. Branham, temos um lema: “O político deve se converter e tornar-se um Cristão, mas o Cristão não deve se perverter e tornar-se um político”. Não temos nada contra os políticos. A sociedade, em si, precisa deles. Somos contra a mistura, ou o casamento da Igreja com o Estado.¹⁶

Espero que após provar que não há possibilidade de se harmonizar política e ministério Pastoral, que os que desejam enveredar por estas águas, sejam demovidos de tal intenção, concientizando-se que sua chamada é uma vocação divina, que milita na salvação de almas, e que esta envolvido em libertar os cativos, levar luz aos que andam em trevas, paz aos desesperados e salvação aos perdidos.

E não há tão sublime alegria quanto obedecer as ordens daquele que o comissionou, que produzira frutos duradouros, lembrando sempre, que não somos deste mundo estamos aqui como peregrinos, e aqui tudo é “Vaidade de vaidades, diz o pregador; vaidade de vaidades, tudo é vaidade”. (Eclesiastes 1.2) “Por isso vos digo: Não estejais ansiosos quanto à vossa vida, pelo que haveis de comer, ou pelo que haveis de beber; nem, quanto ao vosso corpo, pelo que haveis de vestir”. (Mateus 6.25) Não é a vida mais do que o alimento, e o corpo mais do que o vestuário? “Não ajunteis para vós tesouros na terra; onde a traça e a ferrugem os consomem, e onde os ladrões minam e roubam”;.. (Mateus 6.19)

Não tente argumentar que a igreja precisa de políticos, pois a Igreja precisa e de Cristo. Não queira ajudar a Deus como quis fazer-lo Abraão, as conseqüências podem serem terríveis.

E se depois de tudo isto você disser, bom então se não a possibilidade de harmonizar o ministério Pastoral e a política, vou deixar o pastoreio para ingressar na política.

Meu querido se você foi escolhido para o Pastoreio, não o troque por nada, não deixe que o Senhor Deus passe de ti a sua unção.

¹⁶ Texto extraído da Web